

HISTÓRIA GERAL

A ONOMÁSTICA, O INDIVÍDUO E O GRUPO

por
Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos *

Sendo o nome, no quotidiano do indivíduo, um dos primeiros atributos que este recebe e, simultaneamente, expressão e reflexo da mentalidade daquele que o determina e do meio social em que aparece, até hoje, não tem sido objecto eleito de reflexão dos historiadores.

Assim, a exiguidade de estudos antroponímicos, em Portugal, não permite, ainda, para o período medieval, um conhecimento sistemático da onomástica das elites, nem a percepção de diferenças regionais na atribuição do nome. Em contrapartida, a onomástica do grupo mais representativo, os humildes ou gente vulgar, é já razoavelmente conhecida.

Face ao actual estado de conhecimentos, a síntese seguidamente apresentada diz respeito à antroponímia popular (entenda-se o termo popular como conceito operacional para designação da gente não nobre). Só pontualmente serão feitas algumas referências à antroponímia nobre.

O sistema antroponímico medieval

A necessidade de identificação e destriça de objectos e seres é algo de comum ao Homem de todos os tempos. Entre estes, o sistema de identificação evoluiu conforme as necessidades com que se foram deparando. Diferenciar um indivíduo no seio de uma família ou de alguma pequena localidade não era problemático, mas identificá-lo em comunidades mais vastas exigia, já, formas de denominação mais complexas. Assim, o

* Universidade de Évora.

sistema antroponímico medieval não pode ser encarado como uma realidade estática, mas sim como um processo em permanente construção.

Ao longo da Idade Média, a evolução do antropónimo de um só nome para uma forma constituída por dois elementos foi, talvez, o marco mais significativo do processo de formação do sistema antroponímico. Se até ao século X, meados do século XI, a maioria dos indivíduos era, apenas, designada por um nome, o nome próprio, no século XII, é geral o triunfo da forma antroponímica composta por um nome de baptismo e um patronímico, o nome paterno, na forma genitiva (indicação do pai a que pertencia cada indivíduo). Por comparação com outros estudos, nomeadamente de algumas regiões de França, pode considerar-se que, em Portugal, a revolução antroponímica foi particularmente precoce, pois a forma dupla coexistiu, embora em menor escala, com a denominação única, desde o século X.

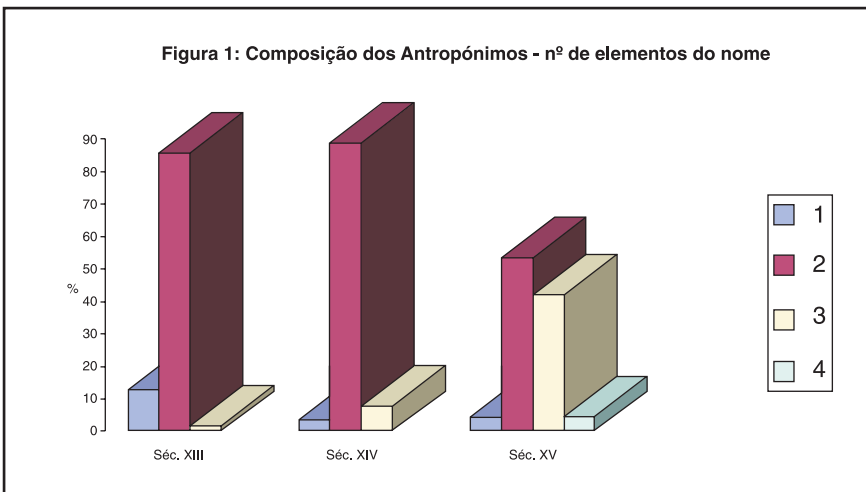
A par desta evolução da forma de denominação dos indivíduos, Robert Durand verifica, ao estudar os dados antroponímicos do *Livro Preto* da Catedral de Coimbra, que, do século X para o século XII, houve um movimento de redução do conjunto de nomes usados. Esse movimento coincidiu, também, com a generalização do uso de nomes latinos cristãos e o progressivo recuo dos nomes germânicos. Segundo este mesmo estudo, na primeira metade do século XI, para designar cem indivíduos era usado um leque de cinquenta nomes, e os dois nomes mais usados, “Gundesindus” e “Gundisalvus” (nomes germânicos), afectavam apenas 4% dos homens; na primeira metade do século XII, é já bem visível o fenómeno de concentração em alguns, poucos, antropónimos: não mais de dezoito nomes servem para designar cem indivíduos e as quatro denominações mais usadas, “Paio”, “Pedro”, “João” e “Martim” (nomes cristãos), afectam 28% do total dos nomes estudados.

Este fenómeno de concentração levou, obrigatoriamente, à proliferação de homonímias, o que, de certo modo, punha em causa a função do nome como elemento de identificação dos indivíduos, sobretudo em centros mais populosos como as vilas e cidades. Com a generalização do uso de um patronímico associado ao nome de pia baptismal, algumas dessas homonímias foram desfeitas. No entanto, este sistema cedo se mostrou insuficiente. Um João, filho de um João, chamava-se João Eanes; um João, filho de um Pedro, João Pires e um João, filho de um Domingos, João Domingues: os três distinguiam-se entre si. Mas quantos Joões não haveria filhos de Pedros?

Face a estas dificuldades, ao sistema antroponímico de base, formado por um nome próprio e um patronímico, foram sendo, sucessivamente,

associados outros elementos de diferenciação dos indivíduos, como a indicação das profissões ou cargos que desempenhavam, dos seus locais de morada ou de proveniência e todo o tipo de alcunhas. Esta forma de denominação, em que nenhum dos elementos do antropónimo era perpetuado de geração em geração, vigorou entre nós, até finais do século XV. O patronímico foi, então, perdendo a sua primitiva função e transformando-se, em ritmo cada vez mais acelerado, em apelido de família.

Podendo o antropónimo ser constituído pelos vários tipos de designativos já referidos, este não obedecia a uma estrutura fixa. Formado por um, dois, três ou quatro elementos, era o resultado do mais variado jogo de combinações.



Pelo menos a partir do século XIII, os antropónimos de um só elemento eram pouco usados, tendo sofrido uma drástica redução no século XIV, numa lógica de progressivo recuo das cidades para o campo; para qualquer das centúrias representadas, a maior parte dos nomes eram compostos por dois elementos e, no século XV, foi notável o espectacular aumento das designações formadas por três elementos e, já, o aparecimento de antropónimos de quatro designativos. Para cada um destes grupos de nomes, as variantes eram inúmeras: o antropónimo de um só elemento não correspondia, obrigatoriamente, à designação pelo nome de baptismo isolado. Pois, se, no século XIII, este ainda era relativamente comum, no final da idade média, apenas servia para designar as crianças e alguns adultos que o pudessem fazer acompanhar de um prenome de carácter honorí-

fico ou eclesiástico, como “Dom Vasco”, “Mestre Gonçalo” ou “Frei Domingos”. Nestes casos, o nome já não se encontrava completamente isolado, o título que lhe era associado funcionava, também, como um elemento individualizante daquele que o usava. Entre os antropónimos de um só elemento, a documentação que perpetuou, até hoje, a onomástica medieva, dá ainda conta de alguns casos em que o único nome verdadeiramente fixo, o nome de baptismo, caiu em desuso, para dar lugar a uma alcunha (“a Robala”) ou à indicação da profissão desempenhada pelo indivíduo (“o Ferreiro”). Durante o século XIII, era também muito frequente o uso de diminutivos, como “Mendinho”, “Pedrinho” ou “Soeirinho”.

O nome composto por dois elementos era, sem dúvida, o mais usado e, se na maior parte dos casos, ao nome próprio se seguia um patronímico, também, frequentemente, este estava ausente e, em seu lugar, figuravam outros designativos, como “Martim Negro”, “João de Óbidos” e “Estêvão Sapateiro”. Outros casos houve, em que o designativo comumente usado para designação de determinado indivíduo ignorava, por completo, o nome dado na pia baptismal, assim os antropónimos “Formoso de Alvaiázere” e “Celeireiro de Santarém”.

O sistema de formação dos antropónimos de três e quatro elementos era semelhante ao de dois nomes, para o qual não existia uma regra fixa. Entre estes, encontram-se nomes como “João Domingues Beçudo”, “Vasco Martins de Vilela”, “Lourenço Ratinho de Évora” ou “Domingos Eanes Calvo Mata Mouros”.

O sistema antroponímico adoptado pelo clero, pela nobreza ou ainda por algumas elites mais restritas, como as dinastias reinantes, era, naturalmente, diferente do que acaba de ser descrito. Não tendo ainda sido estudada a onomástica destes grupos, vejamos, apenas, a título de exemplo, algumas particularidades do sistema antroponímico nobre.

Entre a nobreza, o uso do patronímico foi adoptado muito mais cedo do que entre a gente vulgar, tal como se deduz dos elementos relativos ao nome, constantes dos dados genealógicos elaborados por José Mattoso para as famílias da nobreza condal asturiana, estabelecida a sul do Minho desde o século IX. É certo que, também, muito mais precocemente, o indicativo de paternidade deixou de ser utilizado como tal, para em alguns casos se transformar em nome de família.

Os nomes de proveniência geográfica ou de ligação a um domínio ou senhorio, também cedo foram adoptados como apelidos de família, transmitidos de geração em geração. Assim se pode falar, relativamente ao século XII, dos senhores de Valadares, senhores de Bravães, família da

Silva e família de Cerveira. Ao longo desta centúria vêem-se, ainda, aparecer alguns nomes de família com origem em alcunhas, como “Gato” ou “Coelho”, perpetuados, fundamentalmente, por intermédio dos filhos segundos e da pequena nobreza.

A forte tendência de generalização do uso de nomes latinos cristãos e a diluição das designações de origem germânica, verificada, do século X para o século XII, entre a gente vulgar, não foi partilhada pela nobreza. Entre estes, a persistência da onomástica visigótica é uma realidade que, talvez, se possa relacionar com o facto do arcaísmo do nome funcionar como marca de distinção social.

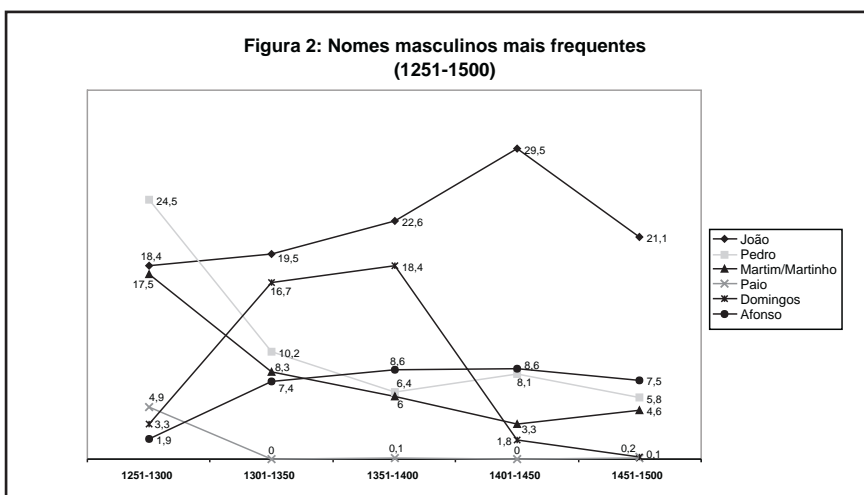
Nome próprio masculino e feminino

Olhando para os vários elementos de que podia ser composto um antropónimo, facilmente se explica ou se percebe por que é que um indivíduo era designado como “Tecelão”, “de Abrantes” ou “Coifado”. Por um lado, era-lhe atribuído o nome da profissão, por outro, o do seu lugar de proveniência ou morada e, finalmente, uma alcunha que tinha a ver com uma sua característica física, o uso de uma coifa na cabeça. Se pensarmos nos nomes próprios, as razões da sua escolha já não são tão evidentes. Naturalmente, a atribuição de um ou outro nome também era o resultado de alguma motivação, mas perceber, em pleno século XX, por que é que, em determinado momento da Idade Média, havia mais ou menos Pedros, Joões ou Afonsos é já tarefa complicada e, nalguns casos, certamente impossível.

A escolha do nome próprio podia estar relacionada com razões de ordem religiosa, como a devoção a um determinado santo, com qualquer especial relação de família ou amizade (frequentemente era atribuído às crianças o nome dos pais, avós ou bisavós, como manifestação de uma certa solidariedade geracional – hábito primeiramente interrompido nos meios urbanos), com a popularidade de algum personagem local ou imaginário, com razões políticas ou militares, com uma determinada moda ou, até mesmo, fruto do arbítrio ou acaso. Entre a nobreza, Álvaro J. da Costa Pimpão verifica a influência exercida pela cultura cortesã e pelas novelas de cavalaria na escolha do nome, ao observar os Nobiliários e ver a frequência com que aparece o nome de Oriana, a eleita de Amadis, e outros, como Tristão, Lançarote, Artur, Viviana e Briolanja. Para a realeza, sabe-se da importância que era dada ao carácter profético do nome e, entre a massa anónima de populares, é visível a influência exercida por figuras como São

João Baptista, São João Evangelista e a Virgem Santa Maria. No entanto, a razão da escolha dos nomes próprios nunca será totalmente apreendida e para entender melhor a maior ou menor popularidade de certos nomes, em determinados espaços e momentos, é necessária uma multiplicação dos estudos de antroponímia que permita a elaboração de análises comparativas, reveladoras da frequência de uso dos vários nomes.

Com base nos estudos de onomástica já realizados em Portugal, foi possível traçar um gráfico representativo da popularidade de alguns nomes.

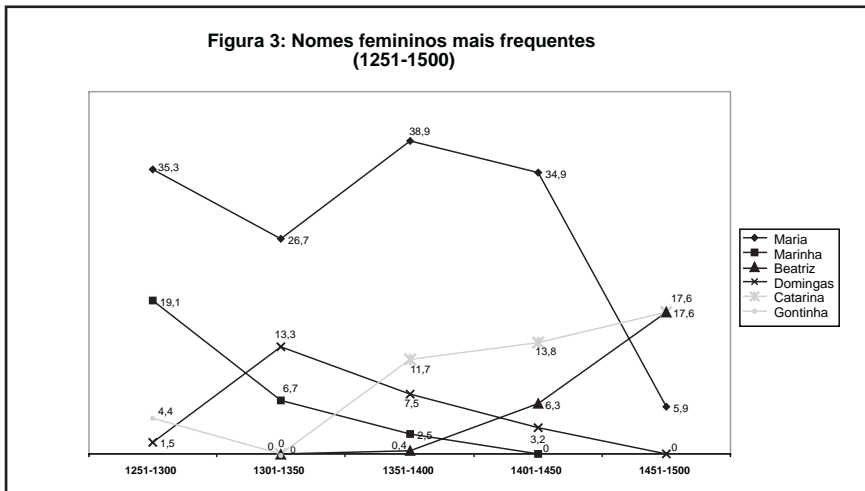


Observando, separadamente, cada uma das faixas temporais representadas no gráfico, de imediato fica em realce a pobreza onomástica característica de qualquer dos momentos estudados. Três a cinco nomes são o suficiente para designar cerca de 50% dos indivíduos considerados para cada período. Tome-se, como exemplo, a faixa referente à segunda metade do século XIII, em que os nomes “Pedro”, “João” e “Martim” servem para denominar a metade do universo dos indivíduos então estudados.

Atentando numa análise diacrónica do gráfico, à partida há um nome que se destaca de todos os outros: “João”. Não sendo, ainda, na segunda metade do século XIII, o nome mais usado, segue um percurso ascendente, que o torna o nome masculino mais popular, nas duas centúrias seguintes. Por sua vez, os nomes “Pedro” e “Martim” / “Martinho”, muito usados até finais do século XIII, sofrem uma quebra significativa, na passagem para o século XIV e, depois, a um ritmo mais lento, vão prosse-

guindo o seu movimento de decadência. “Paio”, o quarto nome mais frequente, na segunda metade da centúria de duzentos, cai definitivamente em desuso, aparecendo, apenas, mais tarde, a representar 0,1% dos indivíduos considerados. “Afonso” é um nome em franco movimento de ascensão do século XIII para o século XIV e que, depois, se mantém num nível mais ou menos equilibrado. Por fim, o nome “Domingos” tem uma linha de frequência de uso particularmente original: de nome pouco usado no século XIII, atinge percentagens reveladoras de grande popularidade, no século XIV, para, na primeira metade do século XV, retomar, aproximadamente, os níveis que ocupava na centúria de duzentos, terminando quase em total apagamento.

Sendo este gráfico o resultado da reunião de dados antroponímicos provenientes de diferentes áreas, como a faixa fronteiriça minhota, as bacias dos rios Vouga e Mondego, as terras alcobacenses e o Alentejo, a frequência de uso dos nomes não pode entender-se como definitiva e a interpretação da sua popularidade é, ainda, prematura. Naturalmente, com o aparecimento de outros trabalhos, alguns dos movimentos aqui delineados virão a ser confirmados como tendências gerais e de longa duração, outros, talvez, tenham significado, somente, a nível regional.



Quanto à onomástica feminina, o seu estudo torna-se mais difícil, uma vez que as mulheres pouco figuram na documentação medieval. A par de amostras de 1000 - 1500 indivíduos, para o estudo da onomástica masculina medieval, o que se conhece da antroponímia feminina desse pe-

ríodo, resulta da análise de amostras de pouco mais de 200 nomes. Veja-se, no entanto, o que a informação disponível permite conhecer sobre o uso de alguns nomes.

Tal como para a onomástica masculina, também aqui um nome se destaca de todos os outros. “Maria” atinge percentagens de uso jamais alcançadas por qualquer outro nome. Na segunda metade do século XIV chega mesmo a representar 39% das mulheres consideradas. Curiosamente, na segunda metade do século seguinte, a percentagem de mulheres a usar o nome “Maria”, no Alentejo, é perfeitamente contraditória face aos valores que se conhecem para os períodos anteriores e posteriores. Iria Gonçalves, num estudo sobre a onomástica de Lisboa quinhentista, verifica que o nome feminino mais frequente é “Maria”, o qual representa 14% do universo de nomes femininos por si estudados; Amadeu Ferraz de Carvalho, ao analisar o índice dos registos de nascimentos efectuados no concelho de Coimbra, no segundo decénio do nosso século, apercebe-se que 37% do total de nomes femininos correspondem a “Marias”. Relativamente ao concelho de Tondela, o mesmo autor, sem dar percentagens, indica o nome “Maria” como o mais usado entre a população feminina, ao longo do século XVII.

Como explicar, então, que na segunda metade do século XV, em terras alentejanas, apenas 6% das mulheres tivessem o nome “Maria”? Será este valor a expressão de algum particularismo regional ou, apenas, o resultado de uma pequena amostra, que não pode ser tida como representativa da onomástica feminina alentejana? Mais uma vez serão necessários outros estudos para confirmar e explicar esta hipótese.

Relativamente aos outros nomes representados no gráfico, dois deles destacam-se pelo seu apagamento: “Gontinha”, um nome ainda relativamente comum no século XIII, desaparece no início da centúria seguinte e até final do século XV; “Marinha” vai-se apagando progressivamente até desaparecer por completo na segunda metade de quatrocentos. Em movimento contrário sobressaem os nomes “Beatriz” e “Catarina” que chegam a representar 18% do universo de mulheres consideradas, na amostra estudada para a segunda metade do século XV. O nome “Domingas”, tal como o seu equivalente masculino “Domingos”, regista uma maior popularidade durante o século XIV, iniciando o seu movimento de declínio mais cedo do que o que se verificou para a onomástica masculina.

Não considerando a informação relativa à segunda metade do século XV, pode verificar-se que, no que respeita ao único elemento verdadeiramente fixo do antropónimo, o nome próprio, também a onomástica feminina se caracteriza por uma grande pobreza. Dois a quatro nomes são o

suficiente para denominar metade das mulheres consideradas em cada amostra.

A designação do indivíduo ausente: uma marca do quotidiano

O que hoje se conhece da antroponímia medieval é aquilo que até nós chegou através da documentação da época. Não sendo os registos de nomes de que dispomos elaborados com a intenção de os guardar para a posteridade, mas, apenas, o resultado de uma necessidade concreta, como testemunhar um acto jurídico, dar a indicação de um proprietário vizinho, o nome de um vendedor ou de um comprador de um determinado bem, a indicação de uma lista de jurados ou contribuintes... o nome nem sempre é registado da mesma maneira.

Fundamentalmente, a grande diferença no fixar de um nome, por escrito, resulta da presença ou ausência do indivíduo nomeado. O registo das denominações daqueles que estão ausentes é o que melhor nos transmite o quotidiano de então e que deixa transparecer o espírito crítico, de observação, humor e malícia de um povo, sempre pronto a caracterizar os seus vizinhos. Olhando para um contrato de arrendamento ou empraçamento, facilmente se confirmam estas pequenas variações; o senhorio, enfiteutas e testemunhas presentes ao acto, são designados com uma certa formalidade, o nome próprio raramente fica ausente e na maior parte dos casos aparece acompanhado do respectivo patronímico. Quando, para serem indicados os limites da propriedade arrendada ou empraçada, são explicitadas as suas confrontações pela indicação dos proprietários vizinhos, indivíduos que, naturalmente, não têm de estar presentes ao acto do contrato, então são dadas as denominações porque estes eram conhecidos no dia-a-dia, das quais faziam parte as mais sarcásticas alcunhas.

Ao sistema antroponímico de base, composto por um nome próprio e um patronímico, o povo, sem outro fim que a necessidade prática de distinguir as pessoas, foi acrescentando outros elementos de identificação: ora com base nas qualidades e características dos seus vizinhos, ora aproveitando indicações de origem e profissão, a gente humilde criou o sistema antroponímico em vigor até final do século XV.

Se a onomástica dos dois elementos de base que compunham o nome (nome próprio e patronímico) se caracterizava pela sua pobreza, os outros apelativos que, popularmente, foram sendo atribuídos aos indivíduos, revelaram-se extremamente ricos e variados.

As alcunhas, salvo algumas poucas excepções, raramente se repetiam e eram o reflexo de inúmeras particularidades características das pessoas; daí o provérbio medieval francês segundo o qual “on reconnaît chaque homme à son surnom”. Os traços físicos foram, talvez, a maior fonte inspiradora para atribuição de alcunhas entre a onomástica medieval. Só por sugestão da cabeça, considerada então a mais honrada e digna parte de todo o corpo, surgiram alcunhas como “Calvo”, “Olhos”, “Beijudo”, “Cabeça”, “Pestana”, “Queixada”, “Dentudo”, “Crespo”, “Cabelos”, “Barba Roita”, “Barbudinho”, “Cabeçuda”, “Cabecinhas”, “do Queixo”, “Quinhentas Barbas”, “Penteado” e “Tosquiado”. Relativamente ao resto do corpo, tendo em conta as particularidades de estatura e volume multiplicaram-se apelativos como “Magro”, “Quadrado”, “Gigante”, “Redondo”, “Carnes”, “Banha” e “Gordo”. A cor também foi motivo de inspiração, assim os designativos “Negro”, “Negrechinho”, “Alvo”, “Rosado” e “Tisnado”. Por fim, as deficiências físicas, algo de tão marcante logo a um primeiro contacto, deram origem a nomes como “Cega” e “Manco”.

Se muitas das alcunhas inspiradas nas características físicas eram atribuídas com um evidente espírito de malícia, outras, não tão numerosas, relacionadas ou não com o corpo dos indivíduos, realçavam o que de mais positivo brilhava em cada um, assim as “Formosas” ou “Formosinhas”, a “Bailadeira”, o “Sem Mal”, a “da Virtude” e o “Mãos Boas”. Não pode, no entanto, esquecer-se que alguns destes epítetos elogiosos podiam ser atribuídos, não no seu verdadeiro sentido, mas de forma satírica, o que realçava ainda mais o carácter pejorativo da alcunha. Curiosamente e, talvez, devido à carga negativa da maioria das alcunhas, a onomástica masculina era muito mais rica neste tipo de designativo que a onomástica feminina. As mulheres, quando designadas por alcunhas, gozavam, preferencialmente, de nomes como “Maria Olhos”, “Maria Flores” ou “Maria Formosinha”.

Outros factores motivaram a atribuição de outros tipos de alcunhas. O uso de uma peça de vestuário original ou fora de moda foi responsável pelo aparecimento dos nomes “Manga Ancha”, “Barrete”, “Calção”. Hábitos ou expressões peculiares ficaram em antropónimos como “João MIGUEIS Mata Mouros”, “Domingos Domingues Bati Rabo”, “Engana Galegos” ou um “Morto por Andar”. As qualidades morais também não passavam despercebidas, assim alguns indivíduos mereciam o designativo “Leal” ou “Franco”, outros eram designados por alcunhas relacionadas com indicativos de ligações humanas como “Colaço”, “Sobrinho”, “Filho”, “Amo”, “Casado”.

A riqueza e diversidade deste elemento do nome permitiria, ainda, enumerar um longo rol de agrupamentos de alcunhas. Acrescento, apenas, dois grupos não menos importantes que os já mencionados: o das alcunhas inspiradas no mundo vegetal e o das provenientes do mundo animal, quase sempre de carácter mordaz.

A par das alcunhas, surgiram, ainda, outros tipos de designativos, os nomes de profissão e aqueles que ligavam os indivíduos a um determinado solo, porque nele habitavam ou dele provinham. Em geral, o nome de profissão era atribuído de acordo com o trabalho que a pessoa desempenhava, embora, por vezes, também pudesse resultar da profissão exercida por algum parente próximo da família. Além do nome da profissão, não raro havia indivíduos designados pelo objecto que simbolizava o seu trabalho (“Machado”, “Sino” ou “Fole”). Estas designações multiplicaram-se, sobretudo nos meios urbanos, espaços em que floresceu o artesanato e se desenvolveram os mesteres e profissões especializadas; num mundo rural, em que a maioria das pessoas se dedicava à agricultura, seria difícil distingui-las por um nome de profissão.

As designações de carácter geográfico foram primeiramente adoptadas pela nobreza, que depressa as transformou em nome de família, mas, também o povo recorreu à toponímia para mais facilmente se identificar entre si. Este tipo de designativo é particularmente importante porque, evocando, frequentemente, o lugar de origem dos indivíduos, permite aos historiadores perceber deslocamentos de populações que jamais foram registados em qualquer documentação. Nem sempre o elemento toponímico que, porventura, fazia parte do nome era indicativo do lugar de origem. Este podia funcionar como testemunho do lugar de morada ou, ainda, ser a marca da deslocação temporária de um vizinho de uma povoação a qualquer lugar distante. Também a multiplicação destes nomes surge ligada aos meios urbanos e ao desenvolvimento das cidades, pólos de atracção responsáveis por movimentos migratórios provenientes dos mais variados locais. Assim, era nas cidades que, mais frequentemente, os indivíduos eram designados pelo seu local de origem.

Entre estes designativos encontram-se, ainda, alguns nomes provenientes de acidentes orográficos e hidrográficos como “do Vale”, “Ribeiro” ou “Canedo”.

Alcunhas, nomes de cargos ou profissões e indicativos de origem ou morada foram denominações começadas a atribuir, no verdadeiro sentido da palavra, mas que, a pouco e pouco, foram perdendo o seu conteúdo e passaram a ser transmitidas de geração em geração. No século XV, já

muitos destes designativos eram hereditários, outros mantinham o seu significado mais primitivo. Com a progressiva fixação destes elementos do nome e a transformação cada vez mais acelerada do patronímico em apelido de família o sistema antroponímico medieval entra em desagregação no final do século XV.

* * * * *

Um variado leque de nomes, predominantemente, de origem germânica; a evolução para uma onomástica latina cristã e a concentração em torno de alguns poucos nomes; a revolução antroponímica em que é generalizado o uso do nome paterno e a resolução do problema das homônimas pela criativa atribuição popular de outros designativos como as alcunhas, indicativos de cargo ou profissão e de origem ou morada, são as grandes linhas de formação do sistema antroponímico medieval português.

A moda ou quaisquer outras motivações destacaram para primeiro ou segundo plano certos nomes. Assim se vêm desaparecer os “Pedros” e proliferar os “Joões” e “Marias”.

A percepção de diferenças regionais, fundamentalmente no que respeita à atribuição dos nomes próprios e a uma eventual preponderância de algum dos outros designativos terá ainda de aguardar o aparecimento de novos estudos. Outras análises serão, também, necessárias para que se conheçam os sistemas antroponímicos de elites como a nobreza, clero e dinastias reinantes.

Notas

1) Gráficos elaborados a partir de dados provenientes dos seguintes trabalhos: M.Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, “Antroponímia fronteiriça minhota no século XIII”, comunicação apresentada ao V Colóquio Galaico-Minhoto, realizado em Braga de 21 a 25 de Setembro de 1994 (no prelo); Idem, “Antroponímia trecentista das bacias do Vouga e Alto Mondego”, trabalho apresentado no seminário Tempo, Tradição e Memória do mestrado de História Medieval da F.C.S.H., Julho de 1994 (no prelo); Iria Gonçalves, “Amostra de antroponímia alentejana do século XV”, in *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

2) Para a elaboração deste gráfico foram utilizados valores provenientes dos três estudos mencionados na nota anterior e do artigo de Iria Gonçalves,

“Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média”, in *Imagens do mundo medieval*, Lisboa Livros Horizonte, 1988.

Os dados representativos da onomástica masculina da segunda metade do século XIII dizem respeito aos julgados minhotos de Caminha, Cerveira, Freião, Pena da Rainha e Valadares. Para a primeira metade do século XIV, a amostra utilizada é constituída por antropónimos provenientes das bacias do Vouga e Alto Mondego. Os nomes considerados para os períodos de 1351-1400 e 1401-1450 pertenceram a homens das terras alcobacenses. Por fim, para a segunda metade do século XV, foram usados nomes provenientes de terras alentejanas.

3) O gráfico representativo de alguns dos nomes femininos mais frequentes foi feito com base nos mesmos estudos utilizados para o seu equivalente masculino e a onomástica referida para cada período é, também, proveniente das mesmas áreas geográficas, já indicadas para o gráfico anterior.

Bibliografia

- ALVES, ANA MARIA; “Onomástica da Lisboa quinhentista. Subsídio para um estudo de mentalidades na 2ª metade do século XVI”; in *Comunicação e Silêncio. Textos de História, Política e Circunstância*; Lisboa; 1990; pp. 27-50.
- BOURIN, MONIQUE; “Bilan de l’enquête: de la Picardie au Portugal, l’apparition du système anthroponymique à deux elements et ses nuances régionales”; in *Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne. Études d’anthroponymie médiévale. I^o et II^e rencontres, Azay-le-Ferron 1986 et 1987*; dir. por Monique Bourin; Tours; Publ. de l’Université de Tours; 1989; pp. 233-246.
- CARVALHO, AMADEU FERRAZ DE; *Contribuição para o estudo da antroponímia portuguesa. Três épocas nos nomes de habitantes dum concelho da Beira - Besteiros, hoje Tondela*; separata de *Ciências Históricas e Filológicas*; Tomo VIII; 7ª secção; Lisboa; 1950.
- Idem; *Da actual feição da antroponímia portuguesa. Proposta de um inquérito onomástico*; separata da revista *Biblos*; vol. III; n^o 7 e 8; Coimbra; 1927.
- CORTEZÃO, A.A.; “Onomastico medieval português”; *Archeologo Português*; vols. VIII - XVII; Lisboa; 1903 - 1912.
- DURAND, ROBERT; “Données anthroponymiques du Livro Preto de la cathédrale de Coimbre”; in *Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne. Études d’anthroponymie médiévale. I^o et II^e rencontres, Azay-le-Ferron 1986 et 1987*; dir. por Monique Bourin; Tours; Publ. de l’Université de Tours; 1989; pp. 219-231.

- GONÇALVES, IRIA; “Amostra de antroponímia alentejana do século XV”; in *Imagens do mundo medieval*; Lisboa; Livros Horizonte; 1988; pp. 69-104.
- Idem; “Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da idade média”; in *Imagens do mundo medieval*; Lisboa; Livros Horizonte; 1988; pp. 105-142.
- Idem; “O mosteiro de Alcobaça e o recrutamento geográfico dos seus monges”; in *Actas dos Encontros de Alcobaça e Simposio de Lisboa*, Braga, 1991, pp. 233-256.
- Idem; “Onomástica pessoal da Lisboa de quinhentos”; *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*; Lisboa, II Série; n.º LXXIX - LXXX; 1973 / 74.
- LEBEL, PAUL; *Les noms de personnes*; Paris; Presses Universitaires de France; Que Sais-Je; 1962.
- MATTOSO, JOSÉ; “As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI”; in *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*; Lisboa; Editorial Estampa; 1981; pp. 101-157.
- Idem; *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*; vol.I *Oposição*; Lisboa; Editorial Estampa; 1985; pp. 136-188.
- MATTOSO, JOSÉ; LUÍS KRUS E OLGA BETTENCOURT; “As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza. O julgado de Aguiar de Sousa”; *Revista de História Económica e Social*; n.º 9 - Janeiro/ Junho; 1982; pp. 17-74.
- NUNES, JOSÉ JOAQUIM; “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”; *Revista Lusitana*; vol. XXXI; 1933; pp. 5-47.
- PIEL, JOSEPH M. e KREMER, DIETER; *Hispano-gotisches Namenbuch. Die Niederschlag des Westgotischen in den alten und heutigen Personen-und Ortsnamen der Iberischen Halbinsel*; Heidelberg; Carl Winter Universitätsverlag; 1976.
- PIEL, JOSEPH M.; “Antroponímia germânica da Península Ibérica”; in *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*; Lisboa; INCM; 1989; pp. 129-147.
- Idem; *O património visigodo da língua portuguesa*; Coimbra; Publicação do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra; 1942.
- PIMPÃO, ÁLVARO JULIO DA COSTA; *História da literatura portuguesa*; Coimbra; Edições Quadrante; 1947.
- RODRIGUES, ANA MARIA S. A.; “A população de Torres Vedras em 1381”; *Revista de História Económica e Social*; n.º 25 - Janeiro/Abril; 1989; pp. 15-46.
- SAINT-JOUAN, RÉGIS; *Le nom de famille en Bearn et ses origines*; Paris; Editions d’Artrey; 1966.